



## 4º Encontro Internacional de Política Social

### 11º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:

desafios à Política Social

Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

## SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS: o caso dos catadores

Érica T. Vieira de Almeida<sup>1</sup>  
Fernanda Azevedo Cordeiro<sup>2</sup>  
Patrícia da Silva Andrade Alves<sup>3</sup>

### Resumo

A conformação do espaço urbano responde, cada vez mais, ao processo de valorização do capital. As cidades têm se constituído em mercadorias agravando ainda mais o processo de segregação sócio-espacial e de reprodução dos trabalhadores. Esse movimento do capital não tem ocorrido sem resistência e protagonismo das classes subalternas, gerando conflitos públicos que tem demandado a presença da sociedade política em suas diferentes instâncias no gerenciamento desses conflitos. Este artigo analisa o caso dos catadores de recicláveis de um lixão e a sua luta pelo reconhecimento do direito ao trabalho e aos direitos sociais fundamentais.

**Palavras-chave:** Catadores de recicláveis. PNRS. Segregação sócio-espacial.

### SOCIO – SPATIAL SEGREGATION AND THE LEADING ROLE OF SUBORDINATE GROUPS: the case of waste pickers.

### Abstract

The framing of urban space responds increasingly to capital appreciation process. Cities have become commodities, thus increasing both socio-spatial segregation and workers reproduction processes. This movement of capital has not taken place without resistance and the leading role of the subordinate classes, generating public conflicts that have required the presence of political society, in its different instances, in managing these conflicts. This article examines the case of waste pickers from a dump and their struggle for acknowledgement of the right to work and to basic social rights.

**Keywords:** Recyclables pickers. PNRS. Socio-spatial segregation.

### Introdução

O fechamento do lixão da CODIN, em Campos dos Goytacazes (RJ), em 17 de junho de 2012, depois de mais de 25 anos de existência, provocou uma reação pública por parte dos catadores de recicláveis que lá exerciam a sua atividade de catação. Funcionando como vazadouro municipal desde 1987, o lixão da CODIN, depois, aterro controlado da CODIN, constituía a única fonte de renda para centenas de trabalhadores

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Professora Associada da UFF, Campos e Coordenadora do Projeto de Extensão e Pesquisa intitulado Virando o Jogo – protagonismo político e inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, apoiado pela FAPERJ ( Edital EXTPESQ).

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF, Campos) e Bolsistas de Iniciação Científica, FAPERJ.

<sup>3</sup> Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF, Campos) e Bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF.

que exerciam a atividade de catação de recicláveis, alguns deles, desde a infância como foi comprovado em pesquisa (ALMEIDA, 2014). Além dos catadores, o fechamento do lixão afetou, também, as atividades dos pequenos sucateiros que comercializavam diretamente com os catadores do lixão na medida em que os catadores perderam esta fonte de matéria -prima.

Justificado, inicialmente, para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, e que obriga o fechamento de todos os lixões e aterros controlados do país até agosto de 2014, o encerramento do lixão de Campos se antecipou em dois anos ao prazo estabelecido pela nova legislação. Segundo a Prefeitura esta antecipação teve como motivação as denúncias do Comando Regional da Aeronáutica (COMAR) relacionadas aos perigos representados pelas aves em função da proximidade do aterro com relação ao aeroporto local. Sem desconsiderar os problemas relativos à segurança do espaço aéreo, cabe alguns registros, tais como, o processo de privatização do aeroporto local em virtude do crescimento das demandas de transporte aéreo com a instalação do porto do Açú, no município vizinho de São João da Barra, dentre outros e a finalização das obras do aterro sanitário municipal que substituiu o aterro controlado da CODIN, também de gestão privada, em fevereiro de 2011<sup>4</sup>.

Sem criticar a nova legislação que obriga o encerramento dos lixões e sua substituição por aterros sanitários, os catadores questionaram a forma como se deu o fechamento do lixão, percebido por eles como um ato de “injustiça” e de “covardia” por parte do poder público municipal, considerando o tempo do aterro e, por conseguinte, a sua relevância no processo de reprodução social de um grupo subalterno historicamente marginalizado e estigmatizado. Além de arbitrário e sem comunicação prévia, o fechamento do referido aterro também não foi acompanhado da política de coleta seletiva com a participação dos catadores, conforme preconiza a mesma PNRS (2010). Aliás, a cobertura jornalística sobre o fechamento dos lixões no país, assim como as notícias e denúncias do MNCR tem indicado que nem sempre o fechamento dos lixões tem sido acompanhado das políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores, fazendo com que estes continuem sendo desrespeitados nos seus direitos, enquanto trabalhadores e cidadãos, ainda que a PNRS dedique uma atenção especial à

---

<sup>4</sup> Site oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Aterro Sanitário de Conselheiro Josino entre em funcionamento. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br>>.

participação deste segmento social nos Planos Municipais de Gestão dos Resíduos Sólidos, combinando inclusão produtiva e social com proteção ambiental.

Neste sentido, o presente artigo se propõe a refletir sobre o protagonismo dos catadores do lixão de Campos dos Goytacazes tanto em face do reconhecimento do seu direito ao trabalho na cadeia produtiva da reciclagem, na modalidade de prestação de serviços de coleta seletiva à municipalidade, quanto da perspectiva de uma resistência ao recrudescimento do processo de segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras que vem atendendo, quase que sem exceção, aos interesses do processo de valorização em detrimento da realização universal dos direitos sociais ou daquilo que os autores denominam de “direito à cidade” (HARVEY, 2014).

### **Desenvolvimento:**

O fechamento dos lixões em atendimento à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010) representou uma conquista do ponto de vista da saúde pública e da proteção ambiental, seja pela eliminação de um longo processo de contaminação do solo e do ar decorrente da disposição final dos resíduos domésticos em vazadouros “a céu aberto”, seja pela proibição do trabalho daqueles que sobreviviam (e ainda sobrevivem) do trabalho de catação de recicláveis nesses lixões.

Apresentado com uma das mais graves expressões da questão urbana, o crescimento ilimitado dos resíduos e os desafios quanto a sua disposição e tratamento tem provocado inúmeros debates nos espaços acadêmicos e políticos considerando a sua gravidade e urgência. Em 2013, o país gerou 76.387.200 t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), ou seja, 1,041 kg/dia *per capita*, um crescimento de 4,1% com relação ao ano de 2012 e superior ao índice de crescimento populacional, no mesmo período, que foi de 3,7% (ABRELPE, 2013). Se, por um lado, pode-se afirmar que a geração *per capita* cresceu, indicando também o crescimento do consumo e do descarte de resíduos, por outro, essa afirmação merece uma problematização. Sabe-se que as taxas médias, como o termo já adianta, não refletem as desigualdades existentes no interior do universo, sobretudo em sociedades com altos índices de desigualdade (de renda e de direitos sociais) como a brasileira. Nesse sentido, pode-se afirmar que a média de descarte de RSU por habitante no Brasil não expressa a desigualdade existente no processo de consumo. Segundo o CEMPRE (2013), enquanto a média entre as pessoas com maior poder aquisitivo é de 2,10 kg/hab./dia, entre as pessoas com menor poder aquisitivo ela

é de apenas 0,60 kg/hab./dia<sup>5</sup>. Além disso, não é só o volume do que é descartado que é maior entre os mais ricos; a qualidade do resíduo também é completamente diferente. Enquanto na composição dos resíduos dos mais ricos a parte orgânica é de 28% do total, entre os RSU descartados pelos mais pobres ela atinge 64%, demonstrando a diferença entre os produtos consumidos por ricos e pobres <sup>6</sup> e, conseqüentemente, o impacto dos mesmos no meio ambiente.

Não é apenas no consumo e no descarte de recicláveis que a participação das classes e frações de classe se dá de modo desigual. A cadeia produtiva da reciclagem é um exemplo paradigmático da desigualdade no interior dos processos de valorização, em especial daqueles setores que conseguem elevar significativamente suas taxas de lucro ao combinar os circuitos superiores e inferiores da economia (SANTOS, 2005), ou ainda, como denunciam outros autores, numa conciliação do formal com o informal, demonstrando que a

[...] pobreza, na contemporaneidade, é uma face do descarte de mão de obra barata que faz parte da expansão capitalista. Expansão na qual o trabalho, fonte da riqueza social, sofre os efeitos devastadores das mudanças que vem ocorrendo no processo de acumulação, com a reestruturação produtiva e com “financeirização” do capital em andamento nas últimas décadas. Expansão que cria uma população de trabalhadores precarizados, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. (TELLES, 1998).

De acordo com a literatura especializada o trabalho exercido pelos catadores de materiais recicláveis se ampliou no Brasil a partir das mudanças no mundo do trabalho, como uma estratégia de sobrevivência. Atrelado a isso a partir do final dos anos 90 houve um incremento das atividades de reciclagem como forma de redução de custos de matéria-prima para a indústria. Essa estratégia aliada à crise do emprego (BOSI, 2008) impulsionou o crescimento do mercado de trabalho de catadores que, segundo o MNCR, possui hoje em torno de 1 milhão de catadores. Segundo BOSI (2008), a identificação dos catadores de resíduos sólidos como trabalhadores autônomos e informais vem escamoteando os seus vínculos com a cadeia da reciclagem, considerando que são os catadores, em suas atividades precarizadas e insalubres, os responsáveis por 90% do que é reciclado no país. Além disso, é sabido que os extratos

---

<sup>5</sup>Fonte Banco Mundial, 2013. *Cempre Review*, 2013. Disponível em: <[www.cempre.org.br](http://www.cempre.org.br)>.

<sup>6</sup> Segundo pesquisa do Banco Mundial, 2013, o descarte de metal entre os ricos é o dobro dos pobres; o descarte de papel entre os ricos é seis vezes mais que os pobres; o descarte de plástico entre os ricos é uma vez e meia a dos pobres. Já no que se refere à matéria orgânica, o lixo dos pobres contém, percentualmente, mais do que o dobro de matéria orgânica do que o dos ricos. *Cempre Review*, 2013. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br>>.

mais baixos da cadeia (catadores de lixo, de rua e pequenos atravessadores) atendem diretamente às exigências apresentadas pelas recicladoras. Não se pode esquecer de que são as recicladoras, junto com os grandes sucateiros, os principais responsáveis pelos preços pagos pelos recicláveis no interior da cadeia.

Para Mota (2002) a presença das indústrias de reciclagem confirma a ligação dos catadores (informais e precarizados) ao circuito da valorização com o consentimento de um Estado que permite tais transações ou, pelo menos, permitia, considerando a nova PNRS (2010). Segundo ela,

A catação de lixo afigura-se como parte de um processo coletivo e combinado de trabalho que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem. Transformados em produtores de mercadorias, os catadores de lixo materializam uma das novas *personas* do trabalho reestruturado: estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhes assegurem os meios de proteção legais e institucionais relacionados ao seu estatuto de trabalhador. (MOTA, 2002, p. 19).

O número restrito de recicladoras, assim como de grandes sucateiros pode ser compreendido pela presença de um oligopsonio, onde um pequeno número de empresas consome os materiais recicláveis e um grande número de sucateiros (oriundos em sua grande maioria do trabalho dos catadores) e impõe as condições e os preços aos recicláveis. Daí, a forte crítica de que os catadores não seriam mais que “[...] empregados precarizados das indústrias que utilizam os materiais reciclados como matéria –prima” (Burbach *apud* RODRIGUES, 2002, p. 342). Para MAGERA (2005), a reciclagem deveria atender às empresas e ao meio ambiente urbano, mas, nem sempre a economia privada das empresas coincide com o interesse público. E mais, o autor chama atenção para os custos da reciclagem no país considerando as condições de trabalho e de reprodução dos principais agentes dessa cadeia – os catadores. Para ele

[...] a tão propalada modernidade pode estar, muitas vezes, precarizando o trabalho humano e gerando relações iníquas que, examinadas por certos ângulos remetem a estágios evolutivos que já se julgavam superados na história do trabalho” (2005, p.18). A esse processo de degradação do trabalho e dos catadores, Legaspe chama de “reciclagem clandestina” (*apud* MAGERA, 2005).

A expansão da reciclagem, entretanto, não foi capaz de socializar/distribuir os lucros oriundos desse negócio. Calderoni (*apud* LAYRARGUES, 2002), ressalta que, em São Paulo, a indústria retém cerca de 66% da fatia total obtida pela reciclagem do lixo. O restante é repartido entre Prefeitura (11%), sucateiros (10%) e catadores (13%).

Para o CEMPRE (2013), a produtividade dos atacadistas e Cooperativas de Catadores, em 2011, foi de R\$713 milhões, sendo 56 milhões para as cooperativas e 656 milhões para os atacadistas, demonstrando claramente “quem ganha e quem perde” com a expansão da reciclagem como negócio e não como Política Pública. Mas não é só as empresas recicladoras que vêm lucrando com o atual modelo de limpeza pública e tratamento de resíduos, as empresas concessionárias de limpeza pública, geralmente vinculadas às grandes empreiteiras, também vêm movimentando o mercado. Segundo a ABRELPE (2013) o mercado de limpeza pública movimentou recursos na ordem de R\$24 bilhões, sendo R\$17 bilhões para o setor privado e R\$7 bilhões para o público. Os municípios investiram, em média, R\$114,84 por habitante na coleta de RSU e limpeza urbana. O valor mais alto fica por conta da Região Sudeste onde o valor médio foi de 145,00. Só ela movimentou R\$13 bilhões em 2013, mais da metade do valor movimentado no país. O que impressiona na prestação dos serviços de limpeza pública, além do padrão estabelecido com grandes Empresas é o pequeno número de empresas concorrentes. Segundo Magera (2005) são no máximo 5 ou 6 empresas no país, que além de prestarem os serviços de limpeza pública também gerenciam os aterros sanitários, recebendo, portanto, para aterrar muitas vezes os resíduos recicláveis, na ausência de uma Política de Coleta Seletiva.

Em Campos dos Goytacazes, os catadores de ferro velho ou sucateiros são personagens da cidade desde o início do século passado. A monocultura da cana-de-açúcar e a existência, pelo menos até os anos 80, de um importante parque sucroalcooleiro contribuiu não só para o desenvolvimento do setor de metalurgia (metalúrgicas e fundições), mas, também, para a dinamização do comércio de sucatas, que junto com o papelão, representava a totalidade dos recicláveis comercializados até os anos 2000, quando esse mercado foi completamente metamorfoseado com a entrada do plástico e do alumínio, mercadorias cotadas internacionalmente e com um forte mercado interno a partir do final dos anos 90, início dos anos 2000, com a emergência de um número crescente de empresas recicladoras.

Quanto aos lixões sabe-se que eles nascem com o processo de urbanização e se desenvolve na mesma proporção que o crescimento da população e do consumo e da negligência das autoridades públicas, evidenciada no adiamento por parte do Câmara dos Deputados da data para o seu encerramento em nível nacional, mesmo depois da PNRS (2010).

No município, as notícias relativas ao primeiro vazadouro municipal datam de 1983 (Jornal Folha da Manhã)<sup>7</sup> e indicam que este não só ficava em uma área particular como também que o proprietário do local era o principal comprador dos recicláveis coletados pelos catadores, em sua maioria, papelão e sucata ferrosa. Com a transferência deste vazadouro para uma outra área privada nas proximidades do Distrito Industrial da CODIN, em 1988, o município foi alvo de diversas denúncias sendo processado pelo então proprietário para que o lixão fosse transferido para um outra área. Em 1990, o lixão foi transferido para uma área cedida pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ao município de Campos, no próprio Distrito Industrial (CODIN/Campos). Mesmo protegido pela área da CODIN, uma área restrita à implantação de Empresas, o lixão foi atraindo cada vez mais trabalhadores que vinham não apenas de outros bairros e distritos do município, mas, também, de municípios e estados vizinhos (JUNCA, 2000) em busca de novas estratégias de sobrevivência.

Vale ressaltar que a concorrência com o estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e de álcool (derivados da cana) e o processo de reestruturação produtiva no setor, a partir dos anos 80, fez com que dezenas de Usinas locais entrassem em processo de falência. Embora a grande maioria dos trabalhadores rurais, expulsos do campo desde o final dos anos 60, início dos anos 70, após o Estatuto da Terra que concedia direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo vinculados à agroindústria, o fechamento das dezenas de usinas localizadas no município provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. Concomitante a este processo de “crise” do setor sucroalcooleiro local, o recrudescimento do desemprego e da precarização do trabalho durante toda a década de 90 pressionou os trabalhadores a buscarem alternativas ao desemprego e à insuficiência de renda.

Residindo nas favelas e periferias da cidade, os cortadores de cana durante o período de entressafra, que geralmente levava seis meses, eram obrigados a buscar novas ocupações, associando o trabalho no corte de cana geralmente com o trabalho na construção civil e nos serviços domésticos e, também, com o trabalho na catação de recicláveis no lixão, considerando a proximidade do mesmo com os locais de moradia desses trabalhadores. Como já foi visto o crescimento do negócio da reciclagem no Brasil, no início dos anos 90, transformando uma grande parte do lixo em mercadoria (com valor de troca) fez crescer, também, o número de catadores. Para Bosi (2008), a

---

<sup>7</sup> Jornal Folha da Manhã. 1º Caderno. “Lixo: a última saída para quem não poder fugir do desemprego”. p. 3. 12 mar. 1983.

partir do final dos anos 80, os catadores aparecem como força de trabalho articulada a um mercado definido e não mais como uma atividade secundária ou complementar, como eram definidos os autônomos na década de 70. Não se pode esquecer de que em Campos, o dinamismo da cadeia da reciclagem, como já apresentado, se dá em concomitância com a crise do setor sucroalcooleiro, um dos principais empregadores de trabalhadores de baixa renda e baixa escolaridade, o que fomentou o segmento de catadores e de sucateiros. Nesta perspectiva, a atividade de catação no lixão a partir dos anos 2000 pode ser compreendida tanto como uma alternativa à desocupação quanto uma resposta às demandas das recicladoras. Embora desprestigiada socialmente, desprotegida e, muitas vezes, perigosa e insalubre, a atividade de catação vai conseguir atrair não só os sem-emprego, mas um conjunto de trabalhadores informais e “por conta própria” que integram o “exército de biscateiros” (CRUZ,1992).

Em pesquisa com os catadores do lixão de Campos nos anos de 1994, JUNCÁ (2000, p.14) ressalta as possibilidades de escolha dos catadores no contexto dos anos 90: “[...] ficar no lixo ou viver nas ruas com a mendicância, a venda do corpo ou o roubo”. Passados 20 anos, as escolhas permanecem as mesmas, com exceção da presença da Política de Assistência Social e seus Programas de Transferência de Renda (federal e municipal). O acesso das famílias mais empobrecidas aos Programas Bolsa Família e Cheque - Cidadão, programas federal e municipal de transferência direta de renda, respectivamente, vem possibilitando a essas famílias, sobretudo, àquelas em situação de maior vulnerabilidade social (geralmente os arranjos monoparentais femininos) um pouco mais de autonomia nas definições das suas estratégias de inserção e de sobrevivência. Todavia, “viver da Assistência Social” aparece ao lado das opções moralmente inaceitáveis. Sua função deve ser de complementação à renda do trabalho e não de substituição do trabalho, considerado uma ameaça a sua autonomia e independência política.

Essa perspectiva por parte dos catadores locais apoiada pelo Movimento Nacional, o MNCR, foi decisiva nas negociações com o poder público municipal, em especial, na recusa por parte dos catadores às propostas da Prefeitura de enfrentar a questão apenas com programas e medidas assistenciais. Essa posição política em torno do direito ao trabalho e do reconhecimento do direito dos catadores de continuarem participando da cadeia da reciclagem de maneira menos subalterna e precarizada, constituiu-se num marco na discussão do lugar dos catadores na política local de resíduos sólidos, até então, controlado pelos interesses corporativos e eleitoreiros.



Nesse sentido, pode-se dizer que o protagonismo político dos catadores do lixão da CODIN a partir da notícia do seu fechamento foi fundamental para a publicização do debate em torno dos resíduos, em especial, dos resíduos oriundos da Coleta Seletiva municipal, até então, privatizados. Sem sombra de dúvida, não foi o fechamento do lixão, mas, a resposta organizada dos catadores, um grupo social até então invisível do ponto de vista político e desconsiderado pelo poder público local como interlocutor na construção da política de resíduos sólidos, a grande novidade e o elemento de inflexão na forma de conduzir esta política pública no cenário municipal. Em outras palavras, o que transformou o fechamento do lixão em uma “questão social” não foi o drama da perda do trabalho e da renda em si, mas, a consciência política deste grupo sobre os seus dramas, em especial, sobre a perda do trabalho, tornada possível pelo reconhecimento da sua identidade de trabalhador/catador e cidadão. O sentimento de “injustiça” que tomou conta dos catadores foi, sem dúvida, o sentimento responsável pela sua organização e participação política coletiva na construção de respostas “menos injustas” e que pudessem reparar a situação à qual eles foram submetidos.

Cabe registrar, no entanto, que a construção desse novo sujeito político em Campos não pode ser pensada sem levar em consideração dois aspectos fundamentais: - o apoio/parceria da UFF, Campos <sup>8</sup> e do MNCR (RJ) (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis) e o contexto nacional pós-aprovação da PNRS (2010). A aprovação da nova PNRS e do Decreto nº 7.404 (2010) que a regulamenta, foram, sem dúvida, dois importantes instrumentos de apoio e de incentivo à luta dos catadores.

Entre os aproximadamente 500 catadores que trabalham no lixão e nas “reciclagens” <sup>9</sup> próximas ao lixão, 64% eram mulheres contra 36% de homens. Deste total, 46% se declararam negros, 26% pardos e 17% mulatos, totalizando 89% de afro-descendentes. Este dado sobre a cor/etnia dos catadores do lixão confirmam as tristes estatísticas sobre a desigualdade no acesso aos direitos fundamentais no país, gerando uma sub-cidadania ou uma “cidadania de segunda categoria” para os trabalhadores empobrecidos, em especial, os negros. A proximidade com a casa e a possibilidade de articular os afazeres domésticos e cuidados com os filhos com o trabalho no lixão foi lembrado pela maioria das catadoras, que também deixavam claro que as tarefas

---

<sup>8</sup>Através de Projetos de Pesquisa e Extensão financiados pelo MEC/PROEXT e pela FAPERJ (Edital Prioridade Rio e EXTPESQ).

<sup>9</sup>Os Catadores chamavam de “Reciclagens” os pequenos e grandes sucateiros que comercializavam direta ou indiretamente com os catadores por sua localização próxima ao lixão da CODIN.

domésticas com a reprodução social da família as impediam, muitas vezes, que elas tivessem um outro trabalho.

O crescimento do grupo de desempregados e subempregados, formado majoritariamente por mulheres-mães-trabalhadoras e, muitas vezes, únicas responsáveis pela família (arranjos monoparentais femininos), por um lado, e o incremento do negócio da reciclagem com a transformação dos resíduos em mercadorias com maior valor de comercialização, por outro, acabou por criar as condições necessárias e favoráveis à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho da catação para além daqueles tradicionais constituídos pelos catadores mais antigos e seus familiares. Isso ajuda a explicar o crescimento do número de catadores no final dos anos 90, início dos anos 2000 e, também, a permanência dos jovens nessa atividade. Mais da metade (53%) dos catadores iniciaram a atividade de catação no lixão no final dos anos 90, início dos anos 2000, período em que se deu o incremento da atividade de reciclagem no município, incentivada pela presença do plástico e do alumínio para além do tradicional papelão e vidro, mercadorias de menor valor (ALMEIDA, 2014).

Segundo Juncá (2000), na metade dos anos 90, 63,3% dos catadores do lixão eram moradores da Comunidade Terra Prometida<sup>10</sup>, 30,6% vinham de outros bairros e 6,1% moravam no próprio lixão. Em 2013, 20 anos depois, esses números se inverteram. Apenas 44% dos catadores residiam na Terra Prometida; os demais, 56%, estavam distribuídos pelos seguintes bairros: - 23% no Novo Eldorado, 11% no Eldorado, 7% em Santa Edwirges, 6% na Vila Industrial, 5% na CODIN e o restante (4%) em outros quatro bairros, demonstrando, que a catação no lixão não era uma atividade restrita aos moradores da Terra Prometida, pela sua proximidade com o lixão, mas uma atividade estratégica para aqueles que perdiam o emprego ou que não encontravam trabalho em que se adequavam ou que eram adequados às suas necessidades e interesses. O mapa abaixo ilustra a expansão da área de residência dos catadores, indicando, também, que o processo de segregação sócio-espacial e racial é consequência das desigualdades no mundo do trabalho e, portanto, do processo de crescimento do desemprego e da precarização, além dos problemas relativos ao acesso

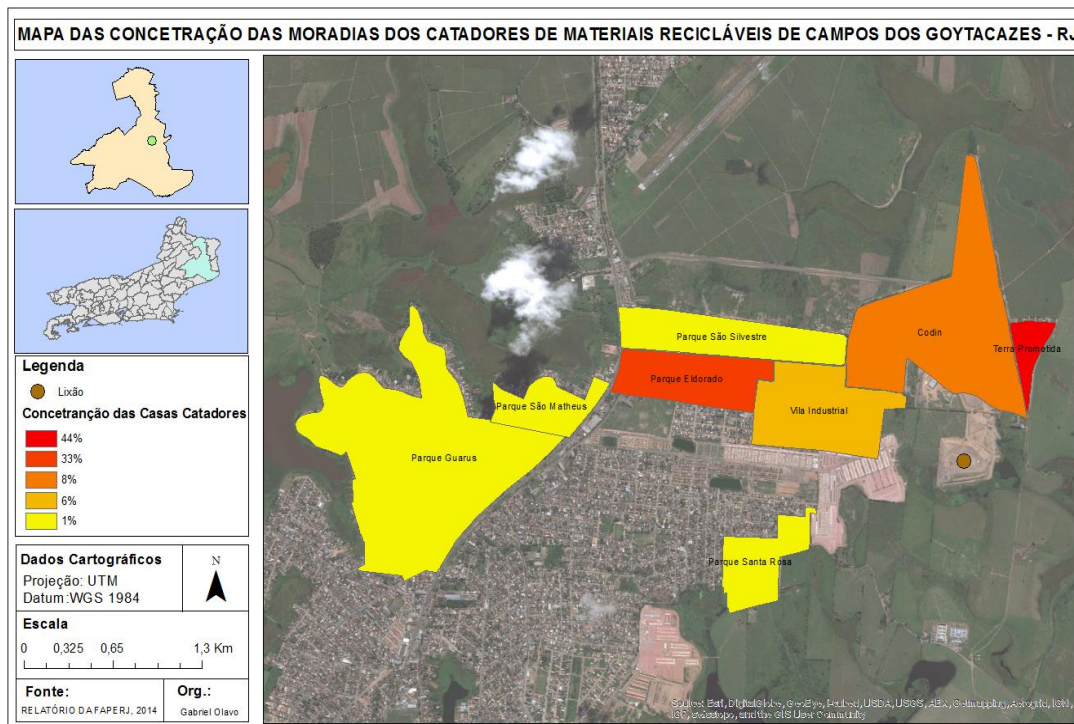
---

<sup>10</sup> Terra Prometida é o nome de um assentamento urbano realizado pelo governo municipal de Campos dos Goytacazes, em 1990, como resposta a uma ocupação em uma área privada. Inicialmente pensado para abrigar as 250 famílias que haviam ocupado a tal área, o assentamento pela sua proximidade com o lixão da CODIN (desde 1988), acabou sendo rejeitado pelas famílias originais e ocupado pelas famílias de catadores do lixão e de outras localidades próximas como estratégia de fugir do aluguel. Ver: GOMES, M.T *et al.* Com quantos tijolos se faz uma favela? O caso da “Terra Prometida” em Campos dos Goytacazes. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 112, n. 2, 2012.

aos direitos fundamentais, dentre eles, aos equipamentos urbanos coletivos, transporte público, escolas, saneamento básico, saúde, etc.

## Mapa 1

### Local de Moradia dos Catadores do Lixão da CODIN em 2014



No que diz respeito às condições de reprodução social dos catadores de recicláveis do lixão, percebe-se uma melhoria nesses últimos 20 anos, especialmente, quanto aos serviços públicos de água e energia elétrica e quanto ao direito à moradia. Na década de 90, só 10% tinham água encanada em casa; 57% estavam ligados à rede de energia; 10% estavam ligados à rede pública de esgoto e 65% possuíam casa própria (97% desses estavam na Terra Prometida). Atualmente, 86% têm água encanada em casa; 98% estão ligados à rede de energia; 63% estão ligados à rede pública de esgoto e 83% têm casa própria (96% de alvenaria). O transporte público também é citado como um serviço que melhorou, embora a presença do transporte informal e precário venha ocupando um espaço cada vez maior nessa política pública. Outras duas questões chamaram a atenção: - a precarização da situação das escolas públicas e a persistência da falta de vaga para creche e educação infantil e a situação da saúde pública. São inúmeros os casos de mulheres que justificaram não poderem trabalhar em virtude de não terem com quem ou onde deixarem seus filhos, denunciando as falhas do sistema de proteção social e a necessidade destas mulheres serem obrigadas a recorrer às outras

formas de proteção social, em especial, às relações familiares e de vizinhança. Como expõe Potyara,

No campo da saúde pública, as críticas referem-se à falta de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), à demora no atendimento especializado e à ausência de remédios e outros utensílios demandados pelos médicos e hospitais, durante a internação do paciente ou no pós-operatório, obrigando os familiares a assumirem tais responsabilidades. Além de todos esses dramas coletivos e cotidianos, consequência do processo de funcionalização da política social ao capital, ou seja, da sua ressignificação em face das novas exigências do mercado (OLIVEIRA, 2003), emerge como preocupação central dos grupos subalternos que residem nas periferias o crescimento dos crimes violentos, em especial, dos homicídios por arma de fogo e o envolvimento dos jovens com o tráfico de droga e em contrapartida, a presença de um aparato estatal (a polícia) cada vez mais violento e violador de direitos. Recentemente o Mapa da Violência (2014) apontou que o município assumiu o 3º lugar no que se refere aos homicídios com arma de fogo contra jovens no estado do Rio de Janeiro e 87º lugar entre os municípios brasileiros, com uma taxa de 88/100 mil, demonstrando o acirramento dos conflitos decorrentes das disputas do narcotráfico com relação ao território e ao mercado.

É nesse contexto de profunda segregação e de uma sociabilidade cada vez mais apartada e diferenciada que os movimentos sociais vocalizam suas necessidades e projetos, denunciando o silenciamento e o controle dos grupos subalternos que residem nas favelas e periferias das cidades brasileiras conquistado a partir do monopólio legal e ilegal da violência e da coerção.

### **Considerações Finais**

O caso dos catadores de Campos expõe os vínculos, nem sempre visíveis, do processo de produção e reprodução da vida social, apontando, ao mesmo tempo, para a centralidade e subalternidade do trabalho nas sociedades produtoras de valor de troca e para a relevância e possibilidades da ação política dos grupos subalternos. Marcado pelo trabalho precarizado, insalubre e estigmatizado socialmente e por uma gestão individualizada e/ou familiar do trabalho, o lixão não poderia gerar senão indivíduos fragmentados, egoístas e competitivos, distintos, portanto, do mundo do trabalho integrado e protegido, capaz de construir uma consciência de classe pela mediação da politização do conflito capital/trabalho. No entanto, o surgimento de um problema

comum – o encerramento das atividades de catação no lixão – percebido por eles como uma injustiça do poder público, não apenas gerou uma consciência coletiva em torno do problema comum, como também produziu uma ação e um projeto coletivos. Essa reação dos catadores de Campos se repete em diversos municípios e estados da federação e com diferentes sujeitos coletivos demonstrando que a luta pelos direitos sociais e pela realização da condição de cidadão extravasa os limites da luta de classe na sua concepção clássica. Alguns autores tem chamado atenção para os novos processos envolvendo novos atores na luta pela terra, pela moradia, contra a expropriação do solo e a privatização dos recursos naturais, advogando sobre a necessidade de refletirmos sobre a unidade do processo de produção /reprodução social e, em especial, para as novas contradições e conflitos expostos com a mundialização do capital e seu projeto privatista, transformando o mercado na única medida das relações sociais.

Ainda que a consciência política e a crítica não sejam processos imediatos, não se pode negligenciar que a consciência de classe nasce na luta, no enfrentamento. Ou seja, é no conflito e no seu enfrentamento que os grupos subalternos vão ganhando consciência coletiva e do seu protagonismo na história. Esse processo não se dá de maneira igualitária e nem linear. Ele é mediatizado por um conjunto de condições e relações que podem favorecer ou retardar o acesso a uma consciência menos individualista ou corporativa em direção a uma consciência mais coletiva e universal, como pensava Gramsci com o seu conceito de catarse.

Se a presença, do MNCR é um recurso estratégico para a continuidade ao processo de autonomia, produto de uma consciência política e de classe, a permanência das relações de clientelismo no município concorre não só para atrasar, mas, principalmente, para diferenciar e fragmentar o movimento. Sabe-se que esses contra-movimentos fazem parte do processo de enfrentamento dos conflitos e constituem estratégia histórica e amplamente utilizada pelos governos no país. Todavia é exatamente contra essas concepções e práticas que privatizam as políticas públicas, excluindo das mesmas as necessidades e os interesses dos grupos subalternos, que os movimentos sociais se contrapõem. O sentido político da ação dos grupos subalternos está exatamente na denúncia da presença de lógicas eleitoreiras, corporativas e de mercado no interior das políticas públicas e seu enfrentamento na perspectiva da ampliação das esferas públicas e da democratização.

## Referências

- ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>. Acesso em: 4. abr. 2015.
- ALMEIDA, E. **Relatório de Pesquisa FAPERJ**. De catadores de lixo a catadores de material reciclável: o que muda com a Política de Resíduos Sólidos?- um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes (RJ). Campos dos Goytacazes (RJ), 2014.
- BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal - o caso dos catadores de recicláveis. **RBCS**, v.23, n. 67, p.66-191, jun. 2008.
- BRASIL. **Política Nacional de Resíduo Sólidos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- CEMPRE. **Cempre Review**, 2013. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br>>.
- CRUZ, J. L.V. da. Mercado de trabalho e exclusão em Campos (RJ). **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IPEA. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília (DF), 2012.
- JUNCÁ, Denise C. de M. *et al.* **A mão que obra no lixo**. Niterói: UFF, 2000.
- LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: O significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In*: LOUREIRO, F.; MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. São Paulo: Átomo, 2005.
- MOTA, Ana Elizabete. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 3, n. 6, p. 9, jul./dez. 2002.
- OLIVEIRA, F. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção? X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 10., 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. Disponível: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/84/68>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- RODRIGUES, César. A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. *In*. SANTOS, B. de S.

(org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 331-367.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

TELLES, V. da S. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. **Revista Polis**, São Paulo, 1998.